

Coordenadora do CESCÓN comenta resultados positivos dos mutirões da JFES

A coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon), da JFES, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, comentou, em entrevista concedida nesta segunda-feira, dia 3 de junho, à equipe da TV Justiça do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, os índices positivos dos mutirões realizados na Justiça Federal capixaba.

“O Centro, desde a sua criação, tem sido bastante eficaz, e temos conseguido fazer muitos acordos. Esse, de gratificação de servidores [realizado no dia 27 de maio, na sede da JFES, em Vitória], é um modelo do Rio de Janeiro, já foi feito lá. Só que aqui, para a nossa surpresa, todas as pessoas compareceram, realmente aderiram à proposta e fizeram os acordos.”

Segundo a magistrada, a JFES “tem tido uma média bastante alta de acordos, em torno de 70%”. “Tem sido uma surpresa muito boa [o alto índice de acordos]. Além de ser o resultado de um trabalho que tem sido feito através do Núcleo de Conciliação do tribunal (do TRF2), sob a coordenação do desembargador federal Guilherme Calmon, e agora com o desembargador federal José Neves”, destacou a coordenadora do Cescon, que também lembrou do trabalho da juíza federal Marcella Brandão, que atua convocada junto ao Núcleo.

A entrevista completa está disponível no site do TJES (www.tjes.jus.br) e no canal 25 da RCA.



Justiça Federal convida advogados para tirar dúvidas sobre peticionamento eletrônico, em Vitória/ES

A Justiça Federal do Espírito Santo promoverá no dia 18 de junho, em sua sede, em Vitória, mais uma mobilização para advogados em prol do cadastramento e do peticionamento eletrônicos.

Das 12 às 18 horas, haverá servidores de plantão no auditório do prédio - localizado na Av. Beira-Mar, 1877, Monte Belo - para cadastrar advogados e tirar dúvidas sobre o peticionamento com uso das ferramentas digitais.

Todos os advogados estão convidados a participar!

Durante a mobilização, além do atendimento individual, serão distribuídas cartilhas de orientação aos advogados, que também podem ser consultadas pelo www.jfes.jus.br.

Esforço conjunto

A mobilização em prol do peticionamento eletrônico é fruto de uma parceria entre as áreas Judiciária e Administrativa da Justiça Federal, sob a coordenação do Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS). O evento conta com o empenho de servidores das varas federais e da Seção de Atendimento ao Usuário (Sesau/NTI), e com o apoio da OAB/ES.

A ação vem sendo desenvolvida desde junho de 2011 na capital e também nas varas do interior. Está prevista a realização de mais duas mobilizações em Vitória, no segundo semestre deste ano, para os advogados.

Pioneira

Em entrevista ao jornal A Tribuna, publicada no dia 13/01/2013, o diretor do foro da Justiça Federal do Espírito Santo, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, declarou que a JFES foi a primeira no Brasil que se propôs a ser 100% digital e ressaltou ainda que o novo sistema reduziu o tempo de duração das ações em torno de 60%.

A Justiça Federal capixaba também foi pioneira na virtualização dos processos criminais da 2ª Região. A 2ª VF-Criminal de Vitória deu o pontapé inicial em outubro passado, quando começou a digitalizar os processos de execução penal de seu acervo. A partir de então, as novas execuções penais da vara passaram a ser recebidas eletronicamente e hoje todo o acervo físico das execuções já está digitalizado.

Atualmente está sendo digitalizado o acervo de processos físicos das Subseções do interior do Espírito Santo.



No mês em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, publicaremos, semanalmente, neste espaço, algumas atitudes implantadas pela JFES que têm contribuído para a sua preservação.

Implantação do processo eletrônico:

Todas as varas, juzizados e turmas recursais atuam com processos eletrônicos. Nosso projeto começou em 2006, com a instalação do 3º Juizado Especial Federal. A partir daí, iniciamos a implantação do processo eletrônico nos Juizados Especiais Federais, nas Varas Federais de Execução Fiscal e nas Varas Federais Cíveis da capital. Por fim, implantamos o processo eletrônico também nas subseções judiciárias do interior, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Linhares e Colatina. Em 2010, instalamos a VF-Serra, que atua somente com processos eletrônicos. Em 2012, iniciamos e concluímos a digitalização do acervo físico das varas de Vitória, e começamos, na 2ª VF-Criminal, o projeto piloto para implantação do processo eletrônico também nos processos criminais. Neste ano, o acervo de processos físicos do interior começou a ser digitalizado.



Todas as varas, juzizados e turmas recursais atuam com processos eletrônicos. Nosso projeto começou em 2006, com a instalação do 3º Juizado Especial Federal. A partir daí, iniciamos a implantação do processo eletrônico nos Juizados Especiais Federais, nas Varas Federais de Execução Fiscal e nas Varas Federais Cíveis da capital. Por fim, implantamos o processo eletrônico também nas subseções judiciárias do interior, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Linhares e Colatina. Em 2010, instalamos a VF-Serra, que atua somente com processos eletrônicos. Em 2012, iniciamos e concluímos a digitalização do acervo físico das varas de Vitória, e começamos, na 2ª VF-Criminal, o projeto piloto para implantação do processo eletrônico também nos processos criminais. Neste ano, o acervo de processos físicos do interior começou a ser digitalizado.

2ª TR/ES funciona com juízes relatores da 1ª TR/ES

A Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região designou os juízes federais relatores da 1ª Turma Recursal/SJES para atuarem, sem prejuízo das respectivas jurisdições, como juízes relatores da 2ª Turma Recursal/SJES, até o preenchimento dos cargos do referido órgão colegiado.

O ato foi publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região em 31 de maio de 2013.

Bruno Dutra participa de mutirão em Campos

O juiz federal Bruno Dutra, titular da Vara Federal de Serra, participará do mutirão de audiências de conciliação em processos de Juizados Especiais Federais, relativos a pedidos de danos morais movidos em face da Caixa Econômica Federal – CEF, a ser realizado nos dias 25 e 26 de junho de 2013, na Subseção de Campos dos Goytacazes, RJ.

Também atuarão no mutirão a juíza federal Marcella Araújo da Nova Brandão e as juízas federais substitutas Aline Alves de Melo Miranda Araújo e Mônica Lúcia do Nascimento Frias.

Diretor da 6ª VF-Cível integra COGETAB/CJF

O diretor de secretaria da 6ª VF-Cível, Ricardo Henrique Machado Tertuliano, integrará o comitê regional que representará a 2ª Região no Comitê Gestor de Tabelas Processuais da Justiça Federal – Cogetab/CJF.

O comitê regional, que atuará sob a presidência do juiz federal Osair Victor de Oliveira Junior, também é composto pelos servidores Cláudia Ribeiro Simões, do TRF2, e Francisco José de Barros Souto, da SJRJ.

Cogetab

A resolução CJF nº 161, de 18 de novembro de 2011, determina que “é obrigatória, nos sistemas processuais da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, a utilização das tabelas processuais unificadas do Poder Judiciário, instituídas pela Resolução CNJ n. 46 de 18 de dezembro de 2007”, e que os tribunais “criarão comitês regionais para gerenciar, sob a coordenação do Cogetab, a implementação das tabelas processuais da Justiça Federal”, analisando as demandas de cada Região quanto à alteração dessas tabelas para posterior submissão ao comitê do CJF.

Congresso Nacional promulga emenda que cria novos Tribunais Regionais Federais

O Congresso Nacional confirmou a criação de quatro novos Tribunais Regionais Federais (TRFs), prevista na Proposta de Emenda à Constituição 544/02. A promulgação da emenda se deu nesta quinta-feira (6), em sessão conjunta do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

A sessão foi presidida pelo primeiro vice-presidente do Congresso, deputado André Vargas, devido à ausência do presidente, senador Renan Calheiros, que viajou para Portugal em missão oficial.

A instalação dos tribunais recém-criados será discutida na próxima reunião do Conselho da Justiça Federal (CJF), no fim do mês. O presidente do CJF, ministro Felix Fischer (que também preside o Superior Tribunal de Justiça), deve encaminhar ao Congresso Nacional, até o final de agosto, o projeto dispondo sobre a instalação dos TRFs.

Nova estrutura

Quando todos os tribunais estiverem implantados, a estrutura da Justiça Federal ficará com a seguinte jurisdição:

- TRF 1ª Região: Distrito Federal, Amapá, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí e Tocantins;
- TRF 2ª Região: Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- TRF 3ª Região: São Paulo;
- TRF 4ª Região: Rio Grande do Sul;
- TRF 5ª Região: Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte;
- TRF 6ª Região: Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul;
- TRF 7ª Região: Minas Gerais;
- TRF 8ª Região: Bahia e Sergipe;
- TRF 9ª Região: Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Com informações da Agência Senado e da Coordenadoria de Editoria e Imprensa do STJ.

Justiça Federal é competente para julgar improbidade em contratação de transporte escolar no ES*

A Justiça Federal de Linhares (ES) vai julgar o processo que apura acusação de improbidade administrativa envolvendo o município vizinho de Aracruz e uma construtora, contratada para prestar serviço de transporte de estudantes. O TRF2 julgou agravo apresentado pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a decisão de primeira instância, que decidira pela remessa dos autos à Justiça Estadual.

Em sua denúncia, o MPF cita a inserção de dezessete termos aditivos no contrato, referentes a alteração da prorrogação da vigência, reajustamento de valores e acréscimos e supressões de itinerários e quilometragem, que teriam causado prejuízo ao erário.



No entendimento da Quinta Turma Especializada do TRF2, a competência para o julgamento do processo originário é da Justiça Federal, pois as verbas para pagar o serviço foram repassadas ao município de Aracruz pelo Ministério da Educação.

Clique no link abaixo para ler o inteiro teor da decisão.
<http://www.trf2.gov.br/iteor/RJ0108510/1/146/452655.rtf>
Proc. 2011.02.01.012762-2

*ACOS/TRF2

CNJ: Desembargador Federal Guilherme Calmon é indicado para comissões permanentes*



O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, na sessão do dia 28 de maio, a indicação dos novos conselheiros, Maria Cristina Peduzzi (TST) e Guilherme Calmon (TRF2), para integrarem Comissões Permanentes do órgão. Os dois conselheiros tomaram posse no último dia 29 de abril, nas vagas deixadas pelo ministro Carlos Alberto Reis de Paula e por Fernando da Costa Tourinho Neto.

Ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Maria Cristina Peduzzi passa a integrar a Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento e a Comissão Permanente de Jurisprudência. Já o conselheiro Guilherme Calmon, desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Re-

gião, fará parte da Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania e da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas.

*Com informações da Agência CNJ de Notícias
ACOS/TRF2

CEJ/CJF abre inscrições para Seminário sobre Transparência*

Estão abertas as inscrições, gratuitas, para o Seminário Transparência na Justiça Federal: alcance e limites, que será realizado pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Conselho da Justiça Federal (CJF), no dia 20 de junho, no auditório do CJF, em Brasília (DF). O objetivo do evento é promover a reflexão e a formação de massa

crítica a respeito da transparência, seus limites e alcance e seu papel como instrumento essencial da comunicação institucional no âmbito da Justiça Federal. As inscrições podem ser efetuadas no site www.cjf.jus.br – item “Serviço – Cursos e Eventos”.

O seminário promoverá a discussão sobre a política de transparência e de comunicação institucional com a contribuição de experiências oriundas de outras instituições e de diferentes perspectivas conceituais. O significado do advento da Lei n. 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação – para a construção de uma cultura de transparência no País será um dos temas postos em discussão, em painel que terá a participação do Ministro da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage, do Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador federal Sérgio Schwaitzer, do Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Inácio Magalhães Filho, e do pesquisador do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo, Fabiano Angélico.

O papel da comunicação organizacional na promoção da transparência e na inserção institucional em redes sociais e na internet serão outras questões a serem tratadas por especialistas como o professor Nino Carvalho, coordenador do MBA e pós-MBA em Marketing Digital da Fundação Getúlio Vargas, o coordenador de Jornalismo do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Murilo Pinto, e a diretora de Treinamentos da agência Oficina da Palavra, Miriam Moura. A participação brasileira no movimento mundial pelo governo aberto e a iniciativa do Poder Executivo de implementar a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos e o Modelo de Acessibilidade serão apresentados no Seminário, como forma de subsidiar ações nesse sentido no âmbito da Justiça Federal. Sobre este assunto, confirmaram participação como palestrantes a diretora da InnovaGestão Consultoria em Informação, Neide De Sordi e a diretora da Secretaria de Documentação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Uma das consequências polêmicas da transparência no Poder Judiciário: a exposição dos magistrados ao crivo da opinião pública, também será um tema debatido no Seminário, em painel intitulado: “Casos judiciais de grande repercussão e influência da mídia/opinião pública nos julgamentos”. Participam da mesa de debates sobre este assunto os ministros do Superior Tribunal de Justiça Benedito Gonçalves e João Otávio de Noronha, o juiz federal Artur César de Souza, o advogado Paulo Roque Khoury e a advogada da União Priscila Seifert.

O evento é destinado a jornalistas, assessores de comunicação social, magistrados, dirigentes e servidores da Justiça Federal, acadêmicos e estudiosos do assunto, membros do Ministério Público, da Advocacia e da comunidade jurídica e membros dos poderes públicos em geral. O auditório do CJF é localizado no Setor de Clubes Esportivos Sul (SCES) – Trecho 3, Pólo 8, Lote 9 - Brasília (DF). Mais informações pelo telefone (61) 3022-7071. *Conselho da Justiça Federal

- Como deve ser delineada a política de comunicação social na promoção da transparência?
- Quais os limites e as alternativas mais eficazes para enfrentar os atuais desafios da transparência?
- Qual é o grau de detalhamento das informações que podem ser exigidas de um serviço de informações ao cidadão?

Estes e outros questionamentos serão debatidos no:



Seminário

TRANSPARÊNCIA

NA JUSTIÇA FEDERAL

Alcance e Limites

• Informações e Incrições:

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no site: www.cjf.jus.br – item “Serviço – Cursos e Eventos”.

• Data e Local:

20 de Junho de 2013
Auditório do Conselho da Justiça Federal
SCES Trecho 03 Polo 08 Lote 09

Programação

20 DE JUNHO DE 2013 – QUINTA-FEIRA

9h – **ABERTURA**

A definir

9h15 – **PAINEL I - CASOS JUDICIAIS DE GRANDE REPERCUSSÃO E INFLUÊNCIA DA MÍDIA/OPINIÃO PÚBLICA NOS JULGAMENTOS**

Presidente de Mesa

Ministro Benedito Gonçalves

Superior Tribunal de Justiça

Painelistas

Ministro João Otávio de Noronha

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Juiz Federal Artur César de Souza

Seção Judiciária do Paraná

Priscila Leal Seifert

Jornalista e Advogada da União

Paulo Roque Khoury

Advogado e Jornalista

11h15 – **Intervalo – coffee break**

11h30 – **PAINEL II - A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A TRANSPARÊNCIA**

Presidente de Mesa

Desembargador Federal Sérgio Schwaitzer

Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Painelistas

Ministro Jorge Hage

Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União

Fabiano Angélico

Pesquisador do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG)

Conselheiro Inácio Magalhães Filho

Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal

12h30 – **Intervalo para almoço**

14h30 – **Painel III – O PAPEL DA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL NA PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA**

Presidente de Mesa

A definir

Painelistas

Roberta Bastos

Jornalista e Assessora de Comunicação Social do Conselho da Justiça Federal

Dione Tiago

Jornalista e Diretora do Programa de TV Via Legal, do Conselho da Justiça Federal

Miriam Moura

Diretora de treinamentos da Agência Oficina da Palavra

15h15 – **PAINEL V – COMUNICAÇÃO NAS REDES SOCIAIS: NOVOS DESAFIOS**

Presidente de Mesa

A definir

Painelistas

Nino Carvalho

Professor da Fundação Getúlio Vargas

Murilo Pinto

Jornalista e Assessor da Coordenadoria de Imprensa do Superior Tribunal de Justiça

16h00 - **Intervalo**

16h15 – **PAINEL VI – A INFRAESTRUTURA DE DADOS ABERTOS E O GOVERNO ABERTO**

Presidente de Mesa

A definir

Painelistas

Neide De Sordi

Diretora da InnovaGestão

Lenora de Beaurepaire Schwaitzer

Diretora da Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Reunião avalia planejamento estratégico da Justiça Federal*

A secretária-geral e demais secretários do Conselho da Justiça Federal (CJF), juntamente com secretários e diretores-gerais dos tribunais regionais federais (TRFs) se reuniram nesta segunda-feira (3/6), na sede do CJF, em Brasília, para avaliar o Planejamento Estratégico da Justiça Federal. Os participantes do encontro debateram o andamento das ações deliberadas na última reunião, realizada no dia 15 de abril, como as adequações da Resolução 69/2009 – que dispõe sobre as diretrizes básicas para elaboração e gestão do Planejamento Estratégico da Justiça Federal; os planos de gestão das unidades judiciárias e administrativas, as deliberações sobre os projetos nacionais e o Plano Diretor da Tecnologia da Informação (PDTI).

Também foram discutidas a gestão da estratégia, a visão geral e análise dos desempenhos regionais e do Conselho, bem como a proposição de ações e as perspectivas de recursos para suporte dos processos internos. O grupo também debateu as metas nacionais e das corregedorias para 2013. Durante a reunião, os diretores-gerais dos TRFs apresentaram os levantamentos iniciais dos resultados dos principais indicadores do planejamento estratégico, informando quais metas foram superadas e as que ainda não foram atingidas. Entre os indicadores avaliados, estava a taxa de congestionamento de processos e os resultados da pesquisa de clima organizacional.

O secretário de Desenvolvimento Institucional do CJF, Misael Guerra Pessoa de Andrade, que coordena o Comitê Técnico de Planejamento Estratégico da Justiça Federal, ressaltou a necessidade de avaliar a qualidade dos produtos e serviços contemplados nos projetos estratégicos. “A partir da visão dos clientes internos e externos, podemos avaliar o que precisa ser mudado em cada produto e serviço”, afirmou.

Com relação aos planos de gestão das unidades judiciárias e administrativas, os dirigentes deliberaram sobre a elaboração de uma metodologia e de um plano de gestão da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, bem como sobre a sua discussão no âmbito do Comitê Técnico. Já sobre os projetos nacionais da Justiça Federal, os participantes da reunião trataram da situação de cada um deles. Até o momento, dois já estão em fase de desenvolvimento. O primeiro diz respeito à implantação de uma solução integrada de gestão e dados gerenciais da JF – cujo escopo ainda está sendo definido – e o outro que aborda o Processo Judicial Eletrônico, o qual prevê etapas de regulamentação, formação de equipes para instalação e capacitação de magistrados, servidores e usuários.

*Conselho da Justiça Federal

Divulgados lista de aprovados e espelho da segunda prova escrita para juiz federal substituto do RJ e do ES*

O edital com o resultado (TRF2-EDT-2013/00016) e a prova estão disponíveis no campo 'Notícias' do site www.trf2.jus.br.

A inscrição definitiva, terceira etapa, está prevista para o período provável de 17 de junho a 05 de julho de 2013, e será realizada na Assessoria de Concursos, nos termos do art. 34 da Resolução no T2-RSP-2012/00058, de 31 de julho de 2012.

A Assessoria de Concursos do TRF2 está localizada no 22º andar da sede da Corte, na Rua do Acre, 80, Praça Mauá, Rio de Janeiro-RJ.

*Com informações da ACOS/TRF2.



A segunda região é composta pelos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.